

## ATA SEI



### **SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE** **CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - COMDEMA**



14/10/1991  
35 Anos

A Presidência do COMDEMA Conselho Municipal de Meio Ambiente, faz saber: O COMDEMA, criado por intermédio do ([Decreto 6.652, de 14 de Outubro de 1991](#)), constitui colegiado autônomo, de caráter permanente, consultivo, deliberativo e normativo do Sismmam - Sistema Municipal de Meio Ambiente ([Lei Ordinária 5.712, de 19 de dezembro de 2006](#)), organizado para cumprimento de sua competência legal, conforme Regimento Interno ([Decreto 53.451, de 27 de fevereiro de 2023](#)), e suas atualizações, e, conforme o Código Municipal de Meio Ambiente, ([Lei Complementar 29, de 14 de junho de 1996](#)). As Reuniões Plenárias Ordinárias ocorrem conforme [Calendário Anual](#), e demais informações ou inscrições para as atividades do Conselho poderão ser solicitadas através do e-mail: [sama.uac@joinville.sc.gov.br](mailto:sama.uac@joinville.sc.gov.br)

### **Ata da Reunião Ordinária do COMDEMA Conselho Municipal de Meio Ambiente realizada em 11/03/2026.**

No décimo primeiro dia do mês de março do ano dois mil e vinte e seis, às dez horas e quatro minutos, reuniu-se o Comdema Conselho Municipal de Meio Ambiente em Sessão Plenária Ordinária presencial, realizada no Auditório da ACIJ, na Rua Aluísio Pires Condeixa, 250 - bairro Saguacu, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina. [Estiveram presentes](#) os seguintes [Integrantes](#) do Comdema, mandato de 01/03/2025 à 28/02/2027, conforme [Decreto 64.409, de 7 de janeiro de 2025](#) e suas atualizações: Márcio Luís Nunes da Silva Júnior, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente; Dalzemira Anselmo da Silva Souza, da SECULT; Pedro Toledo Alacon, da CAJ; Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA; Luisa Helena Jordan, do OSB; Cristina Jandrey Silva, da ADUNORTE; Valquíria Viviani Rodrigues Backes Forster, da SAS; Rodrigo Luis da Rosa, do CEAJ; James Schroeder, da SDE.UDR; Renan Gonçalves de Oliveira, do SINDUSCON; José Mário Gomes Ribeiro, do CHBB; Dieter Klostermann, da AEA Babitonga; Eder Corbari, do CREA; Osmar Leon Silivi Júnior, da SEHAB; Ruy Florêncio Teixeira Junior, da PMA; Marília Gasperin dos Santos, da SEINFRA; Marta Beatriz Maccarini, do IMA; Virginia Grace Barros, da UDESC, e, Therezinha Maria Novais de Oliveira, da UNIVILLE. Demais participantes e ouvintes também se fizeram presentes, cujos nomes serão lançados nessa Ata, juntamente com a anexação da lista de presença dos Conselheiros, mencionando: Luisa Rosa Correa, da Câmara de Vereadores de Joinville (CVJ); Jordana Pedroso, do IMA; Fernando Rosseti, do OSB; Laura Olbrich, Autônoma; Cristina Henning da Costa, Rodrigo Gerent, Ana Carolina Paterno, Caio Luciano Berndt, Felipe Alberton de Oliveira, Luiz Carlos da Silva Seixas, Guilherme Miozzo da Cunha, e, José Augusto de Souza Neto, da SAMA. Na reunião foram desenvolvidos os seguintes assuntos pautados na convocatória: **1)** Aprovação da Ata COMDEMA: Reuniões 03/12/2025 e 04/02/2026; **2)** Junho Verde 2026 - Planejamento, SAMA.UGA; **3)** Comdema 2026 - Planejamento, SAMA.UGA; **4)** Sugestões de Pauta e Palavra Livre: Novo Código do Meio Ambiente (andamentos); Câmara Técnica - Dosimetria (andamentos) e Plano Manejo Finder e Iririú (Oficinas). **Pauta 1) Aprovação da Ata Comdema: Reuniões 03/12/2025 e 04/02/2026:** O Vice-Presidente do Comdema, Márcio Luís Nunes da Silva Júnior cumprimentou a todos, deu boas vindas, agradeceu as presenças, e após a verificação do quórum regimental iniciou a reunião questionando aos Conselheiros se todos receberam as Atas encaminhadas, dos dias 03/12/2025 e 04/02/2026, e se haviam quaisquer contribuições ou manifestações a serem feitas. Não ocorrendo manifestações ou demais considerações foi colocada em votação as Atas das Reuniões Plenárias dos dias 03/12/2025 e 04/02/2026, as quais foram aprovadas por unanimidade de votos dos Conselheiros, sendo registrada 1(uma) abstenção. O Vice-Presidente do Comdema, Márcio Luís conclui a pauta, passando para o próximo item. **Pauta 2) Junho Verde 2026 - Planejamento, SAMA.UGA:** O Vice-Presidente Marcio Luís convida a Conselheira Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA.UGA para apresentação desta pauta, a qual cumprimenta a todos, agradece pela oportunidade, e inicia sua explanação abordando o planejamento das ações ambientais em Joinville, destacando que o "Mês do Meio Ambiente", Junho, foi oficializado pela [Lei Nº 9.900, de 18 de agosto de 2025](#), o que garantiu sua inclusão definitiva nas políticas públicas do município. O objetivo declarado é intensificar a mobilização social durante o mês de Junho. Magda menciona que, em anos anteriores houve falta de

articulação, resultando em instituições diferentes realizando as mesmas ações, como limpeza de rios, no mesmo local e data. Para corrigir isso, o Conselho buscou o modelo de Blumenau, que já realiza essa integração territorial há dez anos. Após visitas e reuniões com a cidade vizinha, Joinville absorveu o conhecimento do "*modus operandi*" necessário para integrar todas as ações ambientais. O modelo inspirado em Blumenau se baseia em uma agenda colaborativa, que visa integrar instituições públicas, privadas e do terceiro setor, onde a própria legislação permite a formalização dessas parcerias de maneira menos burocrática, focando em ações conjuntas que não demandam necessariamente o repasse de recursos financeiros. A SAMA por meio do Núcleo de Educação Ambiental já contratou mais de 80 instituições públicas e privadas para alinhar o cronograma. Entre as ações previstas para o "Mês Junho Verde", Magda ressaltou Palestras e Capacitações, focadas especialmente no público universitário; Oficinas e Mutirões, visando a continuidade das atividades de limpeza com apoio da Prefeitura e outras entidades; Seminário de Educação Ambiental, objetivando a integração de um evento que já ocorre tradicionalmente na agenda oficial do mês; Ações Culturais, como atividades na Casa da Cultura e a realização de um teatro temático, que já caminha para sua terceira edição em reunião conjunta dos Conselhos. Além destas, projeta-se a realização de uma Feira da Sustentabilidade com a intenção de reunir a cadeia de produtores orgânicos, agroecológicos e artesanais, plantio ou distribuição de mudas e composto orgânico, campanhas de sensibilização nas mídias para dar visibilidade a esses trabalhos e integrar as iniciativas já existentes no município dentro da programação unificada. Prosseguindo, Magda destacou que o princípio organizador de todas as ações é a sustentabilidade, abrangendo desde o trabalho artístico até a mobilização interna de empresas e da própria Prefeitura. Um dos pilares foi a realização de *Workshops* para capacitar servidores e o público externo sobre os novos regimentos municipais, como o Código de Obras, a nova Lei de Calçadas e as Instruções Normativas (INs) da Secretaria de Meio Ambiente, e ressaltou a importância da capacitação técnica para a implementação do Novo Plano de Manejo da APA da Serra Dona Francisca, previsto para a semana seguinte. Outro ponto relevante foi o foco na inclusão, com o desenvolvimento de atividades específicas para comunidades de cegos e surdos, em parceria com a Companhia Águas de Joinville (CAJ). Quanto à arborização urbana, Magda explicitou que, após a reforma administrativa de julho do ano passado, o setor passou a ser um núcleo dentro da gestão ambiental da SAMA, admitindo o desafio de equilibrar a alta demanda da comunidade por novos plantios em uma cidade como Joinville, considerada "árida" com o volume igualmente alto de pedidos de corte. A Conselheira Luisa Helena Jordan, do OSB, mencionou que existe um estudo que correlaciona ruas mais arborizadas a um maior equilíbrio emocional da população, ressaltando a conexão entre o contato com a natureza e o equilíbrio emocional, contrastando cidades arborizadas com áreas urbanas densas que geram maior estresse. Magda reconheceu o desafio de gerenciar a arborização em Joinville, citando queixas comuns de moradores, como o descarte de folhas em calçadas provenientes de podas, o que exige um trabalho contínuo de educação ambiental. Para superar a resistência da comunidade, a estratégia apresentada foca na figura do multiplicador. Em vez de uma abordagem direta e técnica da Prefeitura, o plano é capacitar lideranças locais como pescadores, pastores, padres e comerciantes que possuam influência direta sobre os moradores. Como exemplo de sucesso, Magda citou o caso do Morro do Amaral, onde o debate presencial com essas lideranças sobre o Plano de Manejo e restrições de construção reduziu drasticamente o deslocamento desnecessário de cidadãos até a sede da SAMA para sanar dúvidas simples. Magda reforçou que o atendimento presencial é essencial para alcançar pessoas sem acesso à tecnologia ou com dificuldades de compreensão, garantindo que a informação chegue de forma clara e humana, destacando que a qualificação de líderes locais para atuarem como multiplicadores trouxe resultados imediatos e positivos. Sobre o Plano de Educação Ambiental, revelou a decisão estratégica de não contratar uma consultoria externa, em vez disso, a própria equipe interna assumiu a elaboração do Plano, inspirando-se no modelo da cidade de São Paulo, que possui demandas e estruturas institucionais semelhantes às de Joinville. As principais etapas e metas começarão com o alinhamento interno entre os setores da Prefeitura. Após a etapa inicial, o Conselho buscará a colaboração da Sociedade Civil organizada e das instituições Conselheiras. Magda asseverou que a equipe estabeleceu o objetivo de apresentar o Plano concluído no próximo "Junho Verde", ou, no máximo, até o final do ano, e, enfatizou o alto nível de engajamento do Núcleo de Educação Ambiental, que atualmente conta com uma equipe alinhada e ativa, e que o planejamento para o tradicional plantio de árvores já está em andamento, com foco em arborizar as ruas do município. Magda resalta que a Secretaria de Comunicação lançará uma campanha publicitária, enquanto o cronograma incluirá visitas guiadas inclusivas para cegos e surdos e outras atividades educativas. Será disponibilizado um formulário para que qualquer instituição como igrejas, ONGs e empresas cadastrem suas atividades, garantindo igualdade de participação. Todas as ações inscritas serão divulgadas em um único instrumento no site da Prefeitura, consolidando a agenda colaborativa. O formulário deverá ser divulgado até o final do mês para que a agenda completa seja montada a tempo. A Conselheira Luisa Jordan, do OSB sugeriu a utilização das Vilas da Saúde como espaços para oficinas de educação ambiental, citando como exemplo, a Unidade do bairro Ulysses Guimarães, que contará com uma horta comunitária e um orquidário, reforçando a descentralização das ações. A Conselheira Marília Gasperin dos Santos, da SEINFRA menciona que o projeto no bairro Ulysses Guimarães ainda não está ativo, mas faz parte do planejamento. A Conselheira Therezinha Maria Novais de Oliveira, da UNIVILLE resalta que outras entidades também participarão do "Junho Verde", incluindo iniciativas de capacitação técnica em conjunto com a SAMA e a Sociedade Civil. O Conselheiro Rodrigo Luis da Rosa, do CEAJ indaga sobre a recuperação de áreas degradadas de propriedade municipal; Magda esclarece que há um planejamento em curso, com a equipe trabalhando atualmente na identificação e regularização desses terrenos junto ao setor de patrimônio para definir os usos adequados como hortas ou reflorestamento. O Vice-Presidente Márcio Luís destaca a necessidade de criar um mecanismo burocrático, como um cadastramento ou chamada pública, para garantir que todas as empresas interessadas em realizar compensações ambientais tenham as mesmas oportunidades, evitando privilégios. Magda assegura que existe a demanda de empresas responsáveis por obras públicas que possuem obrigações legais de recuperação ambiental. A estratégia da gestão é direcionar esses esforços para as Unidades de Conservação (UCs),

abrangendo não apenas o plantio, mas também o monitoramento e o controle de espécies exóticas. Prosseguindo Magda informa que a gestão aguarda o retorno de uma proposta complexa de uma empresa, que deverá ser enviada ao IBAMA, que visa alinhar obrigações de recuperação ambiental com as diretrizes do Plano de Manejo do Caieira. A proposta prevê a retirada da espécie palmeiras leque, que é exótica, e o plantio de espécies nativas, cumprindo simultaneamente o compromisso da empresa e as metas do Plano de Manejo. Sem mais manifestações o Vice-Presidente do COMDEMA, Márcio Luís conclui a pauta, passando para o próximo item. **Pauta 3) Comdema 2026 - Planejamento, SAMA.UGA:** O Vice-Presidente Marcio Luís convida a Conselheira Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA.UGA para apresentação desta pauta, a qual cumprimenta a todos, e inicia sua explanação abordando o planejamento do Conselho para o ano de 2026, detalhando que o mês de fevereiro foi dedicado às oficinas dos Planos de Manejo do Finder e do Iririú, e aproveita a oportunidade para convidar os presentes para a próxima etapa, que ocorrerá nos dias 1º e 2 de abril, do ano em curso, nos horários de 13:00 às 17:00 e 18:00 às 21:00, focada na Oficina do Plano de Manejo do Iririú. Para tentar ampliar a adesão da comunidade, que tem sido baixa e restrita majoritariamente a servidores, o horário foi estendido para o período noturno até às 21:00. O Vice-Presidente Márcio Luís relata que houve comentários a respeito da segurança considerada deficiente por parte da Comunidade, no horário noturno. Magda reconhece a narrativa que aponta uma dificuldade crônica de participação popular, mencionando que, apesar das visitas porta a porta da consultoria e do envio de convites formais, Associações de Moradores, como a do bairro Bom Retiro, demonstram resistência em participar por descontentamento com a Gestão Municipal, e, por conseguinte, ressalta a necessidade de sensibilizar esses grupos, já que o Plano de Manejo afeta diretamente o cotidiano e o uso de recursos como a água. O Conselheiro Pedro Toledo Alacon, da CAJ aborda problemas técnicos na região de morros referentes à cota 40, mencionado que, embora não existam impedimentos de engenharia para levar infraestrutura, como o abastecimento de água a locais elevados, a principal barreira é o investimento financeiro necessário para viabilizar tais obras. Alacon ressalta a polêmica jurídica e social sobre o abastecimento de água em áreas acima da cota 40, onde há um conflito de interpretações: enquanto o Ministério Público tende a ser contrário à expansão nessas áreas por questões ambientais e urbanísticas, o Judiciário e a população frequentemente defendem que a água é um direito universal, posicionando-se a favor do acesso à água, argumentando que a falta de rede oficial leva ao consumo de água de qualidade duvidosa ou ao abastecimento irregular, asseverando que o Plano de Manejo é o instrumento jurídico fundamental para resolver esse impasse. O Conselheiro Éder Corbari, do CREA corrobora com a colocação de Alacon, reiterando que a elaboração ou revisão do Plano de Manejo é a única oportunidade para inserir as necessidades da Comunidade, das Empresas, SAMA e da própria CAJ, permitindo futuros ajustes em Decretos, e uma vez que a "regra do jogo" esteja estabelecida no Plano, tanto o Ministério Público quanto o Judiciário devem segui-la, o que evita disputas judiciais evitáveis. Éder ressalta a abstenção da comunidade nessas discussões, reforçando que não adianta manifestar insatisfação posteriormente, se as demandas não forem registradas formalmente no Plano, previamente, e enfatiza que o Plano de Manejo e o zoneamento são as ferramentas definitivas para evitar erros futuros, pois falhas na regulação atual não poderão ser corrigidas posteriormente se não forem tratadas agora. Alacon discorre sobre uma comparação entre Joinville e Florianópolis, destacando que a cota 40 foi fundamental para preservar a paisagem e os morros da cidade, diferenciando-a de outras capitais. Entretanto, a narrativa aponta a necessidade de coerência e realismo na aplicação das normas, destacando regiões como o Boa Vista e o Iririú que possuem ocupações históricas, com moradores há cinco décadas. Magda pontua, que situações referentes às ocupações históricas precisam ser tratadas com cautela, possivelmente via REURB, para regularizar situações já existentes. Éder ressalta a contribuição positiva das empresas que demonstram preocupação com a preservação de seus terrenos e com a prevenção de invasões em áreas de encosta. A Conselheira Therezinha Maria Novais de Oliveira, da UNIVILLE menciona a incoerência em manter proprietários pagando altos impostos como o IPTU, sobre terrenos que não podem utilizar devido às restrições ambientais, além de mencionar graves problemas em registros de imóveis. Magda observa que a preservação deve ser acompanhada de justiça social e segurança jurídica, evitando que o proprietário ou o morador antigo sejam prejudicados por regras que não condizem com a realidade consolidada do território. Éder defende que a Prefeitura deveria promover a desapropriação, transferindo moradores para locais com condições adequadas e garantindo que a preservação ambiental seja efetiva e não apenas nominal. O Vice-Presidente Márcio Luís relata um caso real de um cliente com escritura antiga em nome de terceiro referente a um terreno no Morro do Boa Vista, em área totalmente classificada como APP (Área de Preservação Permanente), que tentava a regularização do supra terreno em seu nome. Diante da impossibilidade de uso da área e dos custos com honorários advocatícios e impostos, a recomendação foi o abandono da área. Márcio ressaltou que, na iniciativa privada, não há interesse em manter a posse de terras sem viabilidade econômica, sugerindo que tais áreas deveriam ser doadas ou transferidas ao município, que detém o poder de polícia para evitar invasões. A Conselheira Cristina Jandrey Silva, da ADUNORTE destaca que essa é uma pauta antiga da Associação de Loteadores, inclusive tendo ocorrido uma reunião com o Prefeito há dois anos atrás, quando foi sugerido a obrigatoriedade de transferir áreas verdes para o nome da Prefeitura, já que os loteadores acabam responsáveis eternamente pela manutenção de áreas que não podem explorar. Éder destaca que o momento atual é propício para discutir esse tema, haja vista, a programação das Oficinas, local adequado para as citadas discussões. Magda reforça o cronograma de Oficinas do Plano de Manejo, classificando-as como as instâncias mais importantes para definir o futuro dessas regiões, programadas para os próximos dias 18 e 19, com fulcro no Parque do Finder (Proteção Integral), focadas em zoneamento e normas. Nos dias 1º e 2 de abril, as Oficinas debaterão sobre a ARIE do Morro do Iririú, onde se discutirá a possibilidade de parcerias com a iniciativa privada seguindo a metodologia do ICMBio. O Secretário José Neto relembra que a Plenária do mês de abril será dedicada à condução das Oficinas de capacitação. Prosseguindo Magda ressalta que a pauta de maio focará na retomada do Plano Municipal da Mata Atlântica, que embora tenha sido decretado em 2020, sua execução e a criação da Câmara Técnica de acompanhamento foram prejudicadas por eventos sucessivos, como a pandemia e outras prioridades emergenciais da gestão. Portanto, não é mais possível adiar

essa pauta, pois o próprio Plano estabelece 2026 como o ano para sua revisão obrigatória. A Conselheira Dalzemira Anselmo da Silva Souza, da SECULT questiona quando o Plano da Mata Atlântica se tornará um instrumento institucional; no que Magda esclareceu o Plano já é institucionalizado por Decreto, é vigente e que apesar de o município já executar ações previstas, como educação ambiental, falta o olhar institucional da Câmara Técnica para auditar o que foi cumprido e redefinir as ações prioritárias. Magda apresenta a proposta em criar formalmente a Câmara Técnica para acompanhar e, posteriormente, revisar todo o documento, estabelecer reuniões periódicas para que, até o final do ano, o Plano esteja totalmente atualizado e revisitado, transformando-o num instrumento institucional efetivo, ajustando prazos e metas à realidade atual. Magda destaca a necessidade do Conselho antecipar a revisão das diretrizes e planos vigentes, especialmente em relação ao parque, antes de eventuais questionamentos do Ministério Público, que, exercendo a prerrogativa de órgão fiscalizador acompanha de perto o cumprimento de todos os planos e costuma solicitar atualizações sobre as ações realizadas, o que motiva a proposta de criação de uma Câmara Técnica para realizar esse trabalho preventivo e organizar as pendências de forma interna. Referente ao "Junho Verde", a pauta será dedicada às Unidades de Conservação (UCs), consideradas uma das maiores entregas da Secretaria nos últimos anos, com a proposição de uma mesa redonda com especialistas para discutir os Planos de Manejo e as políticas de preservação. O mês de julho será reservado para a apresentação das ações da Gestão Ambiental, com o objetivo de dar visibilidade à complexidade do trabalho da Secretaria, indo além dos processos rotineiros. No mês de agosto está prevista a entrega e apresentação dos Planos de Manejo concluídos do Morro do Finder, e do Morro do Iriirú, à Plenária do Conselho. O mês de setembro, "Mês da Arborização", o foco será a temática da arborização urbana. A Gestão está remodelando um processo licitatório para contratação de uma empresa de plantio, após o termo de referência inicial ter gerado dúvidas técnicas que não atendiam às necessidades da Secretaria. Magda descreve os desafios para a modernização da arborização urbana em Joinville, destacando a proposta de criação de um "catálogo" com cerca de quinze ruas emblemáticas, como a João Colin, que deverão receber o plantio de árvores de grande porte. A Gestão busca um modelo de contratação que especifique exatamente o serviço e o custo, evitando o uso de mudas inadequadas para vias principais. Paralelamente, se faz necessário um diagnóstico completo da arborização da cidade para fundamentar ações mais assertivas, inclusive, neste sentido, busca-se uma parceria com a UNIVILLE, aproveitando sua expertise e capacidade de pesquisa. A Conselheira Therezinha Maria Novais de Oliveira, da UNIVILLE menciona que em tempo próximo, passado, tomou conhecimento sobre o projeto de diagnóstico de arborização classificando-o como ideal, no entanto sua efetivação torna-se complexa em face da burocracia administrativa. Magda reconhece a dificuldade no estabelecimento das parcerias, principalmente que após a reforma administrativa do ano passado, o núcleo de arborização foi transferido para a Gestão Ambiental, no entanto reafirma o compromisso em insistir na parceria acadêmica, apesar dos entraves administrativos, por considerar o conhecimento técnico da UNIVILLE um diferencial para o projeto. Magda aborda a necessidade de realizar ajustes no Plano de Arborização, destacando que a equipe técnica está sobrecarregada, o que pode postergar a apresentação de uma revisão detalhada para setembro; a urgência desses "retoques" deve-se a uma resolução do CONSEMA que proíbe o uso de espécies exóticas na arborização pública, o que gera um desafio de gestão, já que muitas mudas disponíveis ou já plantadas enquadram-se nessa restrição, agravando esta situação em face da dificuldade de fornecedores que não aceitam a troca de espécies agora proibidas, sugerindo que o Conselho envolva-se na busca por uma solução para esse impasse. Para o mês de outubro, a meta é apresentar o status de implementação de todos os sete Planos de Manejo das UCs do município, incluindo o Parque do Morro do Finder, e da ARIE do Morro do Iriirú. Em novembro ocorrerá o relato das ações realizadas pela Secretaria no segundo semestre e expectativa de atualizações sobre o novo Código de Meio Ambiente. No mês de dezembro está previsto a finalização dos trabalhos com a elaboração de um novo planejamento e abertura para sugestões dos Conselheiros. Sem mais manifestações, o Vice-Presidente Márcio Luís encerra esta pauta, passando para o próximo item. **Pauta 4)**

**Sugestões de Pauta e Palavra Livre:** Novo Código do Meio Ambiente (andamentos); Câmara Técnica - Dosimetria (andamentos); Plano Manejo Finder e Iriirú (Oficinas). **4.1) Novo Código do Meio Ambiente** (andamentos). O Vice-Presidente Márcio Luís, abre esta pauta mencionando que houve uma atualização recente sobre a tramitação do Código de Meio Ambiente, na Câmara de Vereadores de Joinville (CVJ). Conforme informações do Vereador Lucas Souza a expectativa é de que o tema seja pautado na Comissão de Urbanismo ainda nesta semana ou no início da próxima. Márcio pontua que foi iniciado um movimento de articulação com Vereadores que não integram a referida comissão, uma vez que muitos ainda desconhecem que o projeto está na Câmara, ressaltando que, em alguns casos o apoio pode ocorrer por meio de um "voto em bloco", o que atenderia aos interesses da gestão mesmo sem uma análise detalhada por parte de todos os Parlamentares. No entanto, é importante frisar que este é um ano de eleição, o que deve provocar uma "mudança das cadeiras" na Câmara Legislativa, com Vereadores licenciando-se para disputar cargos de Deputado Estadual ou Federal, o que pode interferir na ansiosa votação. O Conselheiro Pedro Toledo Alacon, da CAJ, relembra que a tramitação do Código de Meio Ambiente, se arrasta há cerca de 15 anos, e embora o documento tenha sido finalizado pelo Conselho e enviado à Procuradoria, permaneceu retido por um longo período antes de seguir para a Câmara de Vereadores, há aproximadamente dois anos, e ressalta que este Conselho não foi consultado a respeito de alterações ao Código do Meio Ambiente que está em vias de ser aprovado na Câmara de Vereadores. A Gerente Ana Carolina Paterno, da SAMA.UGC detalha o andamento do Código de Meio Ambiente no Legislativo, informando que a Câmara está elaborando um substitutivo global para consolidar o texto. Essa medida visa integrar emendas pontuais surgidas na Comissão de Constituição e Justiça CCJ e na Comissão de Urbanismo, evitando um emaranhado de alterações separadas. Ana destaca que o novo documento incorpora contribuições de audiências públicas e atualizações necessárias em função do Plano de Mineração. Além disso, optou-se por manter o texto sobre o Fundo Municipal de forma mais genérica para permitir uma reforma específica na legislação do Fundo ainda este ano, adequando-a à reforma administrativa. Alacon demonstra sua preocupação com o calendário das eleições, observando que o envolvimento dos Vereadores em campanhas próprias ou com aliados, pode afetar o ritmo da votação do

Código de Meio Ambiente. Márcio manifesta consternação ao constatar que parlamentares fora das comissões temáticas desconhecem a existência ou a relevância do projeto. Diante disso, sugere um esforço contínuo de investigação e diálogo direto com os Vereadores para garantir que o tema seja pautado e compreendido por toda a casa, haja vista, que a votação do Código deve ser efetuada com a participação de todos os parlamentares da Casa Legislativa, e propõe uma mobilização estratégica para pressionar a Câmara de Vereadores pela aprovação do novo Código de Meio Ambiente, destacando que sua natureza de Lei Complementar possui maior peso jurídico que as Leis Ordinárias, enfatizando a urgência da matéria devido à defasagem do Código Atual, que é do ano de 1996, e gera distorções em julgamentos administrativos onde infrações domésticas de pequena escala acabam recebendo o mesmo tratamento punitivo que grandes danos causados por empresas de terraplanagem. A Conselheira Marta Beatriz Maccarini, do IMA sugere que as entidades e Conselheiros utilizem suas conexões para sensibilizar candidatos e Vereadores, e que uma nova moção seja enviada à Câmara de Vereadores, para ser apresentada a todos os Vereadores, durante as sessões ordinárias. Alacon corrobora a colocação de Marta pela elaboração da moção principalmente com a orientação das entidades ACIJ, CREA, CEAJ, e afins, enfatizando que a nova legislação é a ferramenta necessária para resolver problemas recorrentes da população que chegam aos gabinetes. Na sequência, o Vice-Presidente Márcio Luís, coloca em votação a elaboração de uma moção à Câmara dos Vereadores sobre o tema Código do Meio Ambiente, sendo aprovada por unanimidade de votos dos Conselheiros. Alacon reforça que a importância técnica do Código precisa ser explicada didaticamente aos Parlamentares, pois muitos não compreendem que a solução para os conflitos ambientais e urbanísticos que atendem em suas bases, está na aprovação deste instrumento. Éder enfatiza a proposta do envio da moção destacando que o foco deve ser pedagógico, ou seja, explicitar aos Parlamentares que a aprovação do Código solucionaria 90% das demandas que eles recebem da população em seus gabinetes. Alacon discorre sobre a possibilidade de usar a "Palavra Livre" nas sessões de quarta-feira, mediante inscrição prévia na CVJ, para defender o projeto publicamente, defendendo que o uso da palavra na Câmara não seja feito pelo Secretário Municipal, mas por uma figura do próprio Conselho (COMDEMA), para reforçar a legitimidade técnica e coletiva da moção, e não apenas uma pauta do governo. O Vice-Presidente Márcio Luís coloca em votação a proposta do uso da Palavra Livre por Conselheiros do COMDEMA, sendo a proposta aprovada por unanimidade de votos dos Conselheiros. Márcio assevera que a Moção e as ações de Palavra Livre foram aprovadas por unanimidade, simbolizando uma corrente de união entre as diversas instituições que compõem este Conselho. Sem mais manifestações, encerra este debate passando para o próximo item. **4.2) Câmara Técnica - Dosimetria** (andamentos): O Coordenador Rodrigo Gerent, da SAMA.UGC aborda o andamento dos trabalhos da Câmara Técnica voltados à definição da dosimetria das penalidades ambientais, destacando que o objetivo principal é reduzir a discricionariedade das punições, permitindo que qualquer cidadão, mesmo sem conhecimento jurídico profundo, consiga prever o parâmetro razoável do valor de uma multa ao consultar a infração. Na última reunião com a participação dos Fiscais da Unidade de Fiscalização da SAMA, ficou estabelecida a elaboração de uma proposta prevendo uma escala de penas mínimas e máximas para cada tipo de infração, sendo que dentro desse intervalo, o valor final será ajustado conforme circunstâncias atenuantes ou agravantes, podendo extrapolar os limites apenas em casos extremos. Gerent, ressalta que o trabalho de fiscalização e a elaboração das tabelas sofreram um atraso devido à prioridade dada ao Decreto regulamentador do Código de Obras. No entanto, a meta é finalizar a discussão da dosimetria antes da aprovação do Código de Meio Ambiente no Legislativo, salientando a importância de ter a regulamentação pronta simultaneamente à vigência da Nova Lei. O objetivo é evitar o cenário atual do Código de Obras, que já está em vigor, mas ainda carece de um regulamento completo, gerando insegurança na aplicação das normas. A Gerente Ana Paterno aproveita oportunidade para apresentar o novo indicado às Câmaras Recursais, da SAMA, Caio Luciano Berndt, em substituição a Rodrigo Gerent, o qual fez um profícuo trabalho tanto para a Administração quanto para a Sociedade Civil, durante sua atuação em conjunto aos demais Conselheiros. A Conselheira Marta Maccarini apresenta a nova Conselheira Suplente do IMA, Jordana Albino Vieira Pedroso, a qual juntamente com Caio Luciano recebem da Plenária os votos de boas-vindas e sucesso nos trabalhos em defesa do meio ambiente. O Secretário José Neto alerta aos Conselheiros para que identifiquem a presença de Procuradores específicos nos autos, que desejarem fazer Defesa Oral de seus Clientes, enfatizando que nesses casos deve-se garantir uma antecedência mínima de 72 horas para a convocação da defesa oral, caso solicitada. Márcio discorre sobre a discussão técnica sobre as Câmaras Recursais, tratando de ajustes procedimentais e da composição do colegiado, ressaltando que, com as novas diretrizes do Código, os Conselheiros passarão a analisar documentos adicionais, como as alegações finais, para garantir o pleno direito ao contraditório, esclarecendo que a verificação ambiental deve ocorrer de forma a permitir a defesa do autuado, evitando contestações jurídicas posteriores, e enaltece a eficiência na distribuição dos processos, com Conselheiros demonstrando disponibilidade para assumir novas demandas, reforçando o objetivo de manter a agilidade nas decisões. Sem mais manifestações, o Vice-Presidente do Comdema Márcio Luís agradece a presença e a atenção dos presentes, encerrando a reunião às 12:00, a qual foi lavrada pela Secretaria do Conselho e assinada pelo Presidente do Comdema, Fábio João Jovita, após aprovação dos demais Conselheiros.

**Fábio João Jovita**  
Presidente do COMDEMA

**Márcio Luís Nunes da Silva Júnior**  
Vice-Presidente do COMDEMA

**Guilherme Miozzo da Cunha**  
**José Augusto de Souza Neto**

**Luiz Carlos da Silva Seixas**  
SAMA - Unidade de Apoio aos Conselhos

\*\*A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita, Secretário (a)**, em 07/05/2026, às 10:55, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **28724348** e o código CRC **509041BC**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC - [www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br)

26.0.029098-7

28724348v120